DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

TOYOTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS DO BRASIL LTDA. CONSÓRCIO TOYOTA

Avenida Jornalista Roberto Marinho nº 85 - São Paulo - SP

C.N.P.J. nº 43.707.203/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, da Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. ("Administradora"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operacionalização:** Em setembro de 2021 a Administradora recebeu autorização para funcionamento, conforme legislação vigente e iniciou o desenvolvimento da infraestrutura e tecnologias. Dessa forma, inaugurou no primeiro trimestre de 2022 suas operações de consórcios na Rede de Distribuidores Toyota. A Administradora, entre seus principais objetivos, busca oferecer mais uma opção para a aquisição de veículos ao consumidor brasileiro, através do sistema de consórcio. A Administradora iniciou a comercialização das cotas de consórcio em fevereiro de 2022, e inaugurou 12 (doze) grupos até o momento. Também realizou a contemplação, através de assembleias mensais, de 1.076 consorciados ativos. Em 31 de dezembro 2023, a Administradora possuía 8.057 cotas ativas, com maior concentração de vendas na região Sudeste do Brasil. O ticket médio das cotas comercializadas é R$ 95 mil, com uma taxa de administração média de 17%. Em 31 de dezembro de 2023 o Patrimônio Líquido da Administradora era R$ 11.770 mil (R$ 10.354 mil em 31 de dezembro de 2022), os ativos totalizaram R$ 41.575 mil (R$ 18.606 mil em 31 de dezembro de 2022) e o resultado do exercício de 2023 foi um lucro líquido de R$ 1.416 mil (prejuízo de R$ 2.956 mil em 2022). **Ouvidoria:** A Ouvidoria da Administradora tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, aos nossos acionistas, à rede de concessionárias pela confiança e interesse em comercializar o produto consórcio, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

A ADMINISTRAÇÃO

f.lopes

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Referência	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	Nota 2.l.b	178	104
Instrumentos financeiros		7.529	4.060
Títulos e valores mobiliários	Nota 3	7.145	3.796
Outros ativos financeiros	Nota 4	384	264
Ativos fiscais correntes e diferidos		2.603	2.775
Ativos fiscais correntes		522	306
Ativos fiscais diferidos	Nota 5	2.081	2.469
Outros valores e bens		28.507	9.613
Despesas antecipadas	Nota 2.l.d	28.507	9.613
Permanente		2.758	2.054
Ativos intangíveis	Nota 2.l.e	3.305	2.218
(-) Amortizações acumuladas		(547)	(164)
TOTAL DO ATIVO		**41.575**	**18.606**

PASSIVO	Referência	31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		28.969	7.549
Taxa de administração a diferir	Nota 2.l.k	27.128	5.800
Outros passivos financeiros	Nota 6	1.341	1.175
Sociais e estatutárias		500	574
Passivos fiscais correntes		836	703
Obrigações fiscais correntes		836	703
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 8	**11.770**	**10.354**
Capital Social		15.000	15.000
Cotas - País		15.000	15.000
Prejuízos acumulados		(3.230)	(4.646)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**41.575**	**18.606**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**1.225**	**634**
Depósitos bancários	1.225	634
Instrumentos financeiros	**25.560**	**5.893**
Outros créditos	**48.726**	**6.191**
Direitos com consorciados contemplados	48.726	6.191
Normais	48.670	6.190
Em atraso	56	1
Compensação	**1.431.574**	**597.528**
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	7.895	1.955
Contribuições devidas aos grupos	719.457	300.657
Valor dos bens a contemplar	704.222	294.916
TOTAL DO ATIVO	**1.507.085**	**610.246**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações diversas	**75.511**	**12.718**
Obrigações com consorciados	46.401	6.124
Valores a repassar	799	753
Obrigações por contemplações a entregar	21.549	5.048
Recursos a devolver a consorciados	1.997	184
Recursos dos grupos	4.765	609
Compensação	**1.431.574**	**597.528**
Recursos mensais a receber de consorciados	7.895	1.955
Obrigações dos grupos por contribuição	719.457	300.657
Bens a contemplar - valor	704.222	294.916
TOTAL DO PASSIVO	**1.507.085**	**610.246**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Administradora tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar a cada um dos consorciados, mediante ao fundo comum, a aquisição de veículos automotores, principalmente da marca Toyota. A Administradora é controlada pelo Banco Toyota do Brasil S.A. que detém 100% de suas cotas. A Administradora recebeu a autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 22 de setembro de 2021, foi oficialmente constituída em 29 de setembro de 2021 e o capital social integralizado em 20 de outubro de 2021. O início das atividades de vendas do produto consórcio ocorreu em fevereiro de 2022, tendo o primeiro grupo inaugurado em 29 de abril de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras da Administradora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2024. Principais políticas contábeis: I - Administradora: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional utilizadas pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As disponibilidades são representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	178	104
Total.	**178**	**104**

c) Instrumentos financeiros: Os títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo as aplicações em Certificado de Depósitos Bancários (CDB) contratadas com o Banco Toyota do Brasil S.A. e atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, sendo classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". d) Outros valores e bens: Despesas antecipadas referem-se a comissões pagas e que serão reconhecidas no resultado conforme o prazo de cada contrato. e) Permanente: O Ativo permanente é composto por Ativos intangíveis correspondentes aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (7 anos), a partir da data da sua disponibilidade para uso. f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Administração, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do período. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros. g) Passivos financeiros: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos. As obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. i) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidas: As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no ano (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. j) Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administradora estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações da Administradora e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foi reconhecido resultado não recorrente. k) Demais passivos: Taxas de administração a diferir, referem-se as de taxas de administração recebidas antecipadamente, que serão diferidas conforme prazos contratuais junto ao resultado. II Grupos de consórcio: a) Instrumentos Financeiros: Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes. b) Direitos dos consorciados contemplados: Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços. c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados: Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, referentes ao fundo comum e ao fundo de reserva. d) Contribuições devidas aos grupos: Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço. e) Valor dos bens a contemplar: Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço. f) Obrigações com consorciados: Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum, efetuada por consorciados não contemplados, para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos. g) Valores a repassar: Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros. h) Obrigações por contemplações a entregar: Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras. i) Recursos a devolver a consorciados: Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável. j) Recursos dos grupos: São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando ocorrer o encerramento do grupo. k) Informações complementares sobre os grupos em andamento: O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro. A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de grupos administrados	12	5
Quantidade de consorciados ativos	8.057	3.429
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	3.248	387
Quantidade de bens entregues no exercício (i)	776	85
Quantidade de bens pendentes de entrega.	215	51
Taxa de inadimplência contemplados	0,61%	0,07%

(i) No segundo semestre de 2023 foram entregues 533 bens.

III Normas e pronunciamentos emitidos e aplicáveis em períodos futuros: Foi publicada a Resolução BCB nº 285/22 que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio (alterada pela Resolução BCB n º 362/23), a Administração está tomando as ações necessárias para adequação dentro do prazo estabelecido nas normas. A Resolução CMN nº 4.966/21, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/23, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). Em conformidade com os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Compostos por títulos de renda fixa contratado com parte relacionada, com liquidez diária e vencimento até 1º de outubro de 2025 e remuneração fixada em 100% do CDI:

	31/12/2023	31/12/2022
Título de renda fixa:		
Certificado de depósito bancário - CDB	7.145	3.796
Total	**7.145**	**3.796**
Circulante	-	3.796
Não Circulante	7.145	-

A Administradora não opera com instrumentos financeiros derivativos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**15.000**	**(1.690)**	**13.310**
Prejuízo do exercício	-	(2.956)	(2.956)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**15.000**	**(4.646)**	**10.354**
Lucro líquido do exercício	-	1.416	1.416
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**15.000**	**(3.230)**	**11.770**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	**15.000**	**(4.417)**	**10.583**
Lucro líquido do semestre	-	1.187	1.187
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**15.000**	**(3.230)**	**11.770**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Disponibilidades no início do período	**15.657**	**6.527**	**-**
Depósitos bancários	326	634	-
Aplicações financeiras	15.331	5.893	-
(+) Recursos coletados	**93.425**	**148.269**	**23.386**
Contribuições para aquisição de bens	69.534	104.715	13.547
Taxa de administração	19.787	36.427	8.797
Contribuições ao fundo de reserva	1.539	2.435	382
Rendimento de aplicações financeiras	845	1.283	146
Multas e juros moratórios	184	289	36
Prêmios de seguro	1.670	2.692	458
Honorários advocatícios	2	2	-
Reembolso de despesas de registro	143	215	10
Outros	(279)	211	10
(-) Recursos utilizados	**(82.297)**	**(128.011)**	**(16.859)**
Aquisição de bens	(60.039)	(87.492)	(8.251)
Taxa de administração	(19.648)	(36.526)	(8.508)
Multas e juros moratórios	(91)	(144)	(17)
Prêmios de seguro	(1.750)	(2.798)	(17)
Honorários advocatícios	(2)	(2)	-
Devolução a consorciados desligados	(508)	(668)	(43)
Despesas de registro de contratos	(138)	(209)	(10)
Outros	(121)	(172)	(13)
Disponibilidades no final do período	**26.785**	**26.785**	**6.527**
Depósitos bancários	1.225	1.225	634
Aplicações financeiras	25.560	25.560	5.893

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Referência	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	Nota 7	**387**	**631**	**955**
Resultado de títulos e valores mobiliários		387	631	955
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**387**	**631**	**955**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**1.381**	**1.466**	**(5.434)**
Rendas de taxa de administração		9.071	14.500	2.562
Despesas de pessoal		(2.849)	(5.741)	(4.200)
Outras despesas administrativas	Nota 9	(3.497)	(5.754)	(3.876)
Despesas tributárias		(1.448)	(2.334)	(150)
Outras receitas operacionais	Nota 10.a	993	1.700	268
Outras despesas operacionais	Nota 10.b	(889)	(905)	(38)
RESULTADO OPERACIONAL		**1.768**	**2.097**	**(4.479)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**1.768**	**2.097**	**(4.479)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 5b	**(581)**	**(681)**	**1.523**
Provisão para imposto de renda corrente		(167)	(208)	-
Provisão para contribuição social corrente		(66)	(85)	-
Ativo fiscal diferido		(348)	(388)	1.523
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		**1.187**	**1.416**	**(2.956)**
QUANTIDADE DE COTAS (mil)		15.000	15.000	15.000
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) POR COTA (R$)		**0,08**	**0,09**	**(0,20)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**1.187**	**1.416**	**(2.956)**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**1.187**	**1.416**	**(2.956)**
Atribuível a participação da Controladora	1.187	1.416	(2.956)
Atribuível a participação de não controladores	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**1.187**	**1.416**	**(2.956)**
Ajustes ao resultado:			
Impostos correntes	642	488	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	348	388	(1.523)
Amortizações	206	383	164
Resultado ajustado	**2.383**	**2.675**	**(4.315)**
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(2.929)	(3.349)	8.340
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros	61	(120)	(561)
(Aumento) em impostos a compensar	(89)	(216)	-
(Aumento) em despesas antecipadas	(10.457)	(18.894)	(9.613)
Aumento em passivos financeiros	9.797	21.420	8.101
Imposto de renda e contribuição social pagos	(339)	(355)	(60)
Caixa líquido originado/aplicado nas atividades operacionais	**(1.573)**	**1.161**	**1.892**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições no ativo intangível	(504)	(1.087)	(2.019)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(504)**	**(1.087)**	**(2.019)**
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(2.077)**	**74**	**(127)**
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.255	104	231
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	178	178	104
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.077)	74	(127)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2023	31/12/2022
Outros ativos financeiros	384	264
Total	**384**	**264**
Circulante	384	264

Referem-se basicamente a comissões de seguros a receber sobre seguros pagos pelos clientes nas operações de consórcio.

5. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

A Administradora registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Circular Bacen nº 3.174/03, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2022	Realizações	Constituições	31/12/2023
I - Ativos fiscais diferidos:				
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.332	(138)	-	1.194
Outras adições temporárias	1.137	(516)	266	887
Total dos créditos tributários	**2.469**	**(654)**	**266**	**2.081**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi constituído ativo fiscal diferido no montante de R$ 266 (R$ 1.730 em 31 de dezembro de 2022), tendo sido realizado R$ 654 (R$ 207 em 31 de dezembro de 2022) sobre diferenças temporárias.

a) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
1º Ano	891	-
2º Ano	946	1.836
3º Ano	225	389
4º Ano	19	225
5º Ano	-	19
Total	**2.081**	**2.469**
Valor presente	1.728	1.828

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos foram considerando a taxa de Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de 0,9301% ao mês e 11,75% ao ano (CDI de 1,0794% ao mês e 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

CONTINUA

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 99615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:09:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

CONTINUAÇÃO

TOYOTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS DO BRASIL LTDA.

b) Composição dos encargos tributários sobre o resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.097**	**(4.479)**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(713)	1.523
Adições/exclusões aos encargos de IRPJ e CSLL decorrentes de:		
Doações, incentivos fiscais e adicional de IRPJ	30	-
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (i)	390	(1.523)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(293)**	**-**
Diferenças Temporárias:		
(Despesas)/receitas de tributos diferidos	**(388)**	**1.523**
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(681)**	**1.523**

(i) Contempla (adições) e exclusões temporárias

6. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2023	31/12/2022
Credores diversos (i)	1.033	505
Valores a pagar - partes relacionadas (ii)	155	156
Comissões a pagar (iii)	153	514
Total	**1.341**	**1.175**
Circulante	1.341	1.175

(i) Refere-se a provisões de folha e fornecedores a pagar. (ii) Refere-se a rateio de custos de serviços efetuados pelo Banco Toyota do Brasil S.A. (iii) Refere-se a comissão a pagar para concessionárias/vendedores referentes às cotas comercializadas.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Os valores abaixo referem-se às transações com a empresa controladora:

	Ativo / (passivo) 31/12/2023	Receita / (despesa) 01/01 a 31/12/2023	Ativo / (passivo) 31/12/2022	Receita / (despesa) 01/01 a 31/12/2022
Banco Toyota do Brasil S.A.				
Títulos e valores mobiliários	7.145	631	3.796	955
Outros passivos financeiros	(155)	-	(156)	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas. b) Remuneração do pessoal chave da Administração: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foi reconhecida remuneração para o pessoal chave da Administração.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Administradora é de R$ 15.000 (R$ 15.000 em 31 de dezembro de 2022) e está dividido em 15.000.000 cotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real). A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. O lucro/prejuízo por cota atribuído aos cotistas da Administradora está apresentado abaixo:

Patrimônio líquido em 31/12/2021	**13.310**
Prejuízo no exercício	(2.956)
Patrimônio líquido em 31/12/2022	**10.354**
Lucro líquido no exercício	1.416
Patrimônio líquido em 31/12/2023	**11.770**
Patrimônio líquido em 30/06/2023	**10.583**
Lucro líquido no segundo semestre	1.187
Patrimônio líquido em 31/12/2023	**11.770**
Média ponderada do número de cotas	15.000
Prejuízo por cota em 2022 (em reais)	(0,20)
Lucro por cota em 2023 (em reais)	0,09
Lucro por cota no segundo semestre de 2023 (em reais)	0,08

9. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços de terceiros (i)	(1.292)	(2.341)	(1.323)
Processamento de dados	(930)	(1.295)	(883)
Serviços técnicos especializados	(689)	(1.005)	(1.003)
Amortizações	(206)	(383)	(164)
Promoções e relações públicas	(65)	(238)	(254)
Aluguéis	(106)	(175)	(57)
Serviços do sistema financeiro	-	-	(23)
Outras	(209)	(317)	(169)
Total	**(3.497)**	**(5.754)**	**(3.876)**

(i) Substancialmente composto por despesas de comissões na originação de novas operações.

10. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:

a) Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, a comissões sobre seguro prestamista.

b) Outras despesas operacionais são compostas por:

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Perdas operacionais (i)	(870)	(870)	-
Rateio de custos	(17)	(34)	(37)
Outros	(2)	(1)	(1)
Total	**(889)**	**(905)**	**(38)**

(i) Substancialmente composto por despesas de comissões de cotas canceladas posteriores ao pagamento e sem recuperabilidade por parte da Administradora.

11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados ao Conglomerado. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Conglomerado, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco. E, em função da necessidade de reporte internacional, os controles e políticas seguem as diretrizes recomendadas pela matriz. A estrutura de gerenciamento de riscos possui como atribuições a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos Riscos de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez, Socioambiental e os demais riscos relevantes. O gerenciamento de riscos é integrado, possibilitando o controle e a mitigação dos efeitos resultantes das interações entre os riscos mencionados. Para o gerenciamento de riscos existem políticas definidas e documentadas, destinadas a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis estabelecidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O comitê de risco é responsável por formalizar as aprovações de políticas, metodologias aplicadas e acompanhar o gerenciamento de riscos do Conglomerado, manifestando-se quanto aos principais resultados reportados. Além desse, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) do Conglomerado é responsável por formalizar, analisar e definir as estratégias e resultados ligados aos Riscos de Mercado e Liquidez. Risco de crédito: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (clientes) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito compreende, entre outros: • O risco de crédito da contraparte; e • A ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, obrigações e compromissos. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela área de gestão do risco de crédito são avaliados e aprovados pela Administração. Risco de mercado: Risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio e dos preços de mercadorias (commodities) dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos. O processo de gestão abrange todas as operações que estão sujeitas ao risco de perda financeira proveniente da exposição às flutuações de bolsas de valores, taxas de juros e câmbio. Risco de liquidez: O risco de liquidez resulta da possibilidade do Conglomerado ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações. As análises para gestão do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas: Limites de risco de liquidez: Contemplam os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez dentro do limite do índice de liquidez estabelecido na política interna do Conglomerado. É realizado no mínimo trimestralmente o teste de aderência do fluxo de caixa projetado utilizando as informações do caixa efetivo diário gerado pelo departamento de Serviços de Tesouraria. Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Não são considerados nesta definição os riscos estratégicos e os de imagem. A melhoria contínua de processos é uma das principais diretrizes do Conglomerado. Nesse sentido, o gerenciamento do risco operacional torna-se peça fundamental para segurança de nossos clientes, colaboradores e acionistas. A estrutura de gerenciamento de risco operacional tem como objetivo desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar e controlar/reduzir os riscos operacionais associados ao Conglomerado. Risco socioambiental e climático: Risco socioambiental e climático é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais e/ou climáticos. A Política de Responsabilidade Socioambiental e climático, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental e climático cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais e climáticos de acordo com critérios e parâmetros predefinidos. As descrições detalhadas das estruturas que regem as atividades de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e socioambiental, podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/informativos. Razão de alavancagem - RA: Em atendimento à Circular BACEN nº 3.748/15, as informações relacionadas à metodologia para apuração da razão de alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.bancotoyota.com.br/Informativos.

12. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Conglomerado na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado. O nível mínimo de capital requerido pelo regulador é parte integrante da gestão de capital, sendo que o Conglomerado cumpriu com os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor em todos os meses do período das demonstrações financeiras. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos - Pilar 3, incluindo o detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Maiores informações podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/Informativos.

13. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO BCB N° 219/22, REVOGADA PELA RESOLUÇÃO 352/23

A Resolução BCB N° 219/22, possuía o objetivo de trazer harmonia com as normas internacionais de contabilidade para instrumentos financeiros (IFRS 9 - Instrumentos financeiros) com as normas locais do Banco Central do Brasil. Esta norma foi revogada pela Resolução n° 352/23. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administradora formalizou documento dos modelos de negócios em linha com a estratégia da empresa e este documento foi aprovado pela Administração. A Administração da empresa definirá os critérios de provisionamento baseados na resolução vigente e performará estudo de impacto, aderência e performance do portfólio a fim de avaliar e evidenciar o atendimento e alinhamento aos critérios definidos pela norma.

DIRETORIA

Luciano Savoldi — Diretor-Presidente (responsável pela Contabilidade)
Jun Zaitsu — Diretor - Vice Presidente Executivo
Rafael Rolla — Diretor
Pedro Dabbur — Diretor
Rafael Chang Miyasaki — Diretor

CONTADOR

Eduardo Silva Dias Battendieri
Contador - CRC 1SP-251600/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas - Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Toyota Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios referentes ao semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos de semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador
CRC 1SP235228/O-5

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533940000141
CPF: 99615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:10:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/